



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

53

Habeas data nº 332295-2

Impetrante: Moacir Manoel Alves.

Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. HABEAS DATA. PRETENSÃO DE OBTENÇÃO DE CÓPIAS DE PROCESSO DISCIPLINAR. DESCABIMENTO. FALTA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO APONTADO COMO EXTINTO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. 1. O habeas data não se presta à obtenção de vista ou cópias de processo administrativo, como requerido na espécie em que o impetrante não junta um único início de prova comprobatório de seu então vínculo com a PMPE. 2. Denegação da ordem à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas data nº 332295-2, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 2 de julho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

49

Habeas data nº 332295-2

Impetrante: Moacir Manoel Alves.

Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se habeas data impetrado contra o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, objetivando lhe seja assegurado acesso integral ao processo disciplinar, e sua devida publicação no Diário Oficial do Estado, que excluiu o impetrante das fileiras da PMPE, documentação cujas cópias que teriam sido negadas voluntariamente.

Concedida a gratuidade processual, quando notificada, a autoridade apontada como coatora prestou as informações de fls. 22/25, aduzindo, em suma, que não há comprovação nos autos de que o impetrante tenha requerido administrativamente a documentação referenciada, desconhecendo, inclusive, que o mesmo tenha sido policial militar do Estado, pugnando, ao final, pela denegação da ordem.

A douta Procuradoria de Justiça opinou às fls. 28/30, pela concessão da ordem.

Feito este sucinto relato, inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Intimações necessárias.

Recife, 13 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

54

Habeas data nº 332295-2

Impetrante: Moacir Manoel Alves.

Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

VOTO

A controvérsia trazida a este colegiado gira em torno da verificação do direito do impetrante, em sede de *habeas data*, de obter do Comando da Polícia Militar do Estado cópia de apontado processo disciplinar, e sua devida publicação no Diário Oficial do Estado, que teria o excluído das fileiras da PMPE.

De acordo com o art. 7º da Lei nº 9.507/97, conceder-se-á *habeas data*:

- I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Já o art. 5º, LXXII, da CF, especifica que conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Observa-se, diante do exposto, não ser possível o acolhimento da pretensão requerida, pois o *habeas data* não tem cabimento para a obtenção de vista ou cópias de processo administrativo (STF, Pleno, HD 90 ARg, rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 18/03/2010, e STJ, S1, HD 232, rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 29/02/2012, com outros precedentes citados), registrando, ainda, que o impetrante não juntou aos autos um único documento fazendo ao menos início de prova de que tenha algum dia integrado a Polícia Militar do Estado.

Ante o exposto, impõe-se a denegação da ordem.

É o voto.

Recife, 2 de julho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator